



Cuiabá-MT, 16 a 21 de outubro de 2013

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sábado, 19 de outubro de 2013, 02h00

Movimentos sociais pedem revogação da lei

[Da Redação](#)

Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed) solicitou à Câmara de Vereadores uma audiência pública para tratar da criação da Empresa Cuiabana de Saúde (ECS). Os movimentos sociais querem a revogação da lei que aprova a ECS e buscam impedir na Justiça este modelo de gestão. Segundo o vice-presidente do Sindimed, Werley Peres, todos os municípios do país estão sofrendo pressão por parte da União para que sejam criadas as empresas, mas que não há comprovação de que melhora o Sistema Único de Saúde (SUS)...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / PROPOSTA DE MENDES

18.10.2013 | 09h45 - Atualizado em 19.10.2013 | 16h22

Tamanho do texto A- A+

Vereador questiona criação de autarquia na área de Saúde

Maurélio Ribeiro, único a se abster, afirma que justificativas do Executivo são "descabidas"

Otmar de Oliveira/Câmara de Cuiabá

Maurélio Ribeiro questiona criação de empresa e pede mais transparência

**ISA SOUSA
DA REDAÇÃO**



O vereador Maurélio Ribeiro (PSDB) questionou, nesta sexta-feira (18), a criação da Empresa Cuiabana de Saúde e o formato, em caráter de urgência, que o Executivo encaminhou o projeto para a Câmara Municipal votar.

Aprovada em sessão do último dia 10, a mensagem do prefeito Mauro Mendes (PSB) solicita a criação da autarquia para possibilitar a construção de um novo Pronto-Socorro e, de forma geral, a gestão de recursos encaminhados pela União.

“Eu não vi, até agora, nenhum motivo para que a Prefeitura encaminhasse o projeto em caráter de urgência”

Ainda segundo a base do Executivo, a Empresa Cuiabana de Saúde era uma solicitação do Ministério da Saúde.

Ribeiro, único a se abster na votação e a defender a necessidade de criação de uma autarquia para esse fim, reafirmou que faltou transparência por parte do Poder Executivo.

“Eu não vi, até agora, nenhum motivo para que a Prefeitura encaminhasse o projeto em caráter de urgência. Além disso, o Sindicato dos Médicos (Sindimed) fez uma consulta no Ministério da Saúde, que se posicionou dizendo que não é conduta da pasta nenhum tipo de exigência desse tipo para liberação de recursos”, afirmou o parlamentar.

“O que nós queremos é transparência da Prefeitura. Eu não estou questionando, neste primeiro momento, a eficiência ou não da empresa, mas sim o modelo de criação dela”, completou.

Ao **MidiaNews**, o parlamentar também afirmou que o Executivo sequer seguiu o rito legal para a criação da autarquia.



“No mesmo dia da votação, eu fui ao Conselho Municipal de Saúde e os representantes afirmaram que o projeto não passou por lá. A entidade, inclusive, elaborou carta aberta repudiando a criação da empresa, uma vez que qualquer alteração no modelo de gestão deve passar pelo Conselho”, disse Maurício Ribeiro.

Apesar das queixas, o vereador lamentou que a única solução que tanto Sindicato dos Médicos, Conselho Municipal de Saúde e vereadores podem fazer neste momento é “melhorar” a lei.

“O voto foi dado e isso não podemos modificar. O que podemos fazer são alterações para minimizar possíveis enganos. Ou também acionar a via judicial”, disse

Ainda na quinta-feira (17), em sessão ordinária, a bancada do PT, formada pelos vereadores Allan Kardec e Arilson Silva, retirou apoio à criação da autarquia.

Leia mais sobre o assunto:

Câmara aprova criação de Empresa Cuiabana de Saúde

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / EMPRESA DE SAÚDE

21.10.2013 | 09h25 - Atualizado em 21.10.2013 | 09h28

Tamanho do texto A- A+

Conselho admite ir à Justiça contra projeto de Mendes



Entidade diz que Prefeitura não é clara e compara empresa a uma OSS

Pedro Alves/MidiaNews

Clique para ampliar 



Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde, Júlio Garcia diz que empresa tem o formato de uma OSS

ISA SOUSA DA REDAÇÃO

O Conselho Municipal de Saúde de Cuiabá estuda acionar na Justiça a Prefeitura da Capital devido à criação da Empresa Cuiabana de Saúde.

O projeto de lei que permitiu a existência da autarquia foi encaminhado em caráter de urgência pelo Poder Executivo e aprovado pela Câmara Municipal, no último dia 10.

Segundo o vice-presidente do Conselho, Júlio César Garcia, a Prefeitura desrespeitou a legislação vigente ao não encaminhar para a entidade, antes de repassar ao Legislativo, o projeto.

“Não sabemos qual a manobra a Prefeitura está utilizando. A resolução era única e



exclusiva para o Hospital das Clínicas. Não havia nada sobre essa Empresa Cuiabana de Saúde"

“Pela lei complementar nº 141, qualquer decisão que altere a gestão da política de Saúde do município tem que ser discutido no controle social, que é o Conselho, que por sua vez é consultivo e deliberativo. Esse é o trâmite legal e a Prefeitura não o levou em conta”, afirmou.

Ao **MidiaNews**, Garcia informou que o único projeto encaminhado ao Conselho, votado e aprovado no mês de maio deste ano, foi a liberação do Hospital das Clínicas para servir com leitos de retaguarda em relação ao Pronto-Socorro da Capital.

“Não sabemos qual a manobra a Prefeitura está utilizando. A resolução era única e exclusiva para o Hospital das Clínicas. Não havia nada sobre essa Empresa Cuiabana de Saúde”, afirmou o vice-presidente.

Na última quarta-feira (18), de acordo com Garcia, a lei de criação da autarquia foi encaminhada à Defensoria Pública, que, até esta semana, ficou de apresentar ao Conselho Municipal de Saúde um estudo e o que juridicamente a entidade poderá fazer contra a empresa.

“Pode ser um mandado de segurança ou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), uma vez que a Prefeitura feriu a legislação, mas ainda não sabemos e nos posicionaremos após o estudo jurídico. Mas o que podemos deixar claro é que a Defensoria dará toda a assessoria jurídica nesse processo”.

Para o vice-presidente, a criação da empresa é “lamentável”, uma vez que, na prática, ela significará a perda de controle por parte da Secretaria Municipal de Saúde.



“Teoricamente, a Empresa Cuiabana de Saúde é uma empresa pública com direito privado, mas, quando se começa a folhear o projeto, vemos uma Organização Social de Saúde (OSS). A autarquia vai ser feita por um Conselho Administrativo, indicado pelo Executivo, mas que terá total poder para gerir a Saúde. Ou seja, a partir daí, o papel dos secretário será meramente figurativo, o que também afeta o controle social, que vai piorar”, disse Garcia

Leia mais sobre o assunto:

Câmara aprova criação de Empresa Cuiabana de Saúde

Fonte: www.midianews.com.br **OPINIÃO / RODRIGO RODRIGUES**

18.10.2013 | 20h14 - Atualizado em 18.10.2013 | 20h37

Tamanho do texto A- A+

Empresa cuiabana de saúde

Esta empresa é nada mais nada menos que uma OSS disfarçada

O prefeito Mauro Mendes aprovou na Câmara, em regime de urgência, o projeto criando a Empresa Cuiabana de Saúde.

O que vem a ser essa empresa e o porquê de tanta urgência? A urgência de se aprovar, a toque de caixa, um projeto tão complexo, já indica que há algo estranho.

Esta empresa é, nada mais, nada menos, que uma OSS disfarçada, uma maneira vil de privatizar aquilo que é função específica da União, estados e municípios.



“O prefeito ficou refém de suas palavras e promessas de campanha. Primeiro foi a questão de priorizar pessoas técnicas nos cargos estratégicos, não o fez, depois disse que manteria os cobradores e também não cumpriu, agora propõe a criação desta empresa sob um argumento que não se sustentou por uma semana.”

O processo de gestão hospitalar pelas OSS's em Mato Grosso passou por um tremendo desgaste.

O debate sobre este modelo de gestão tomou boa parte do tempo dos programas eleitorais nas eleições de 2012.

Mauro, observando a repercussão negativa e a insatisfação generalizada com as OSS's em todo estado, devido a diversas denúncias de corrupção e a má gestão, posicionou-se radicalmente contra, ainda que seu líder maior Eduardo Campos e seu partido PSB sejam os maiores incentivadores deste modelo.

Acusou seu adversário Lúdio Cabral, por ter o apoio do governo estadual, de ser favorável às OSS's, e que se eleito fosse privatizaria a saúde, apesar de todos saberem que Lúdio é um ferrenho defensor do SUS.

O prefeito ficou refém de suas palavras e promessas de campanha. Primeiro foi a questão de priorizar pessoas técnicas nos cargos estratégicos, não o fez, depois disse que manteria os cobradores e também não cumpriu, agora propõe a criação desta empresa sob um argumento que não se sustentou por uma semana.



O vereador Maurélio Ribeiro, médico e ex-secretário de saúde de Cuiabá, que, diga-se de passagem, vem honrando seus eleitores na Câmara percebeu a artimanha e foi o único entre os 25 vereadores presentes a levantar a lebre, votando contra essa aberração, que fere de morte os princípios que norteiam o SUS.

Mauro Mendes divulgou aos quatros cantos que a criação desta empresa era exigência do Ministério da Saúde e que se não fosse criada urgentemente perderia recurso.

O Sindicato dos Médicos achou estranha essa “novidade”, nunca tinha ouvido falar de tal exigência por parte do Ministério da Saúde e, muito menos, esta vinculação de repasse de verbas.

Por intermédio da Federação Nacional dos Médicos, o sindicato encaminhou um ofício ao senhor Ministro da Saúde Alexandre Padilha, questionando este fato.

Em resposta o Ministério foi bem claro e objetivo, quanto a repasses financeiros, diz o ofício do Ministério: “Os instrumentos de transferências utilizados são: 1- Convênio- para equipamentos e matérias permanentes 2- Contratos de Repasses 3- Termos de Cooperação 4- Transferência fundo a fundo.” Ou seja, o Ministério não reconhece, nem condiciona o repasse de recursos à criação da tal empresa de saúde.

E tem mais, no mesmo ofício o Ministério diz o seguinte:

“Quanto a um modelo, ou um tipo de gestão que seja proposto pelo governo federal cabem os seguintes esclarecimentos:

I - O Ministério da Saúde não tem a premissa de recomendar o tipo de gestão



a ser praticado em estado, município ou entidade de saúde. Por outro lado, o Ministério da Saúde reforça de forma constante em suas políticas, ações e programas que um modelo de gestão deve sempre apresentar: transparência, eficiência, promoção da saúde, integralidade, equidade, controle social, universalização.

II - O foco deve sempre ser a garantia da saúde como um direito social dos cidadãos brasileiros e não um modelo de gestão a ser utilizados, como fundações, administração direta, administração indireta, empresa pública e outros.”

Este ofício é datado do dia 09 de setembro sob o número 484/2013. Prova, sem a menor dúvida, que o prefeito Mauro Mendes foi induzido a erro por seus auxiliares, ou faltou com a verdade.

RODRIGO RODRIGUES é jornalista e escreve no www.blogdorodrigao.com.br.

Fonte: www.midianews.com.br

BRASIL / MAIS MÉDICOS E MENOS SAÚDE

19.10.2013 | 00h30 - Atualizado em 18.10.2013 | 16h05

Tamanho do texto A- A+

Há 'vulnerabilidades' na revalidação de diplomas médicos, diz CFM



Nesta sexta, PF desarticulou esquema de revalidação de diplomas médicos.

Reprodução

DO G1

O vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital, disse nesta sexta-feira (18) que o atual sistema de revalidação de diplomas de Medicina no Brasil é vulnerável. Na visão do dirigente da entidade médica, a possibilidade de universidades promoverem por conta própria a validação dos diplomas de profissionais formados fora do país abre brechas para fraudes.

Nesta sexta, a Polícia Federal (PF) desarticulou um esquema de uso de diplomas e documentos falsos de medicina em Mato Grosso e outros 13 estados brasileiros. Segundo informações da PF, as investigações começaram após a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) identificar 41 pessoas que se inscreveram para revalidar o diploma de medicina e que alegaram ter estudado em instituições bolivianas. No entanto, essas pessoas não teriam concluído o curso de medicina ou nunca foram alunos daquelas instituições.

Atualmente, médicos graduados em universidades do exterior tem duas alternativas para validar seus diplomas no Brasil. Uma delas é se submeter ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), organizado pelo Ministério da Educação. Além dessa prova unificada, os estrangeiros também têm a opção de convalidar o certificado de graduação no curso realizando testes diretamente em universidades aptas a revalidar diplomas médicos. Entre os estabelecimentos de ensino habilitados a aplicar os próprios testes está a UFMT.

"Há uma vulnerabilidade, porque não é somente o sistema do Revalida. Nós temos hoje, pela lei de diretrizes e bases, autonomias universitárias que permitem escolas que não estão no Revalida fazer essas revalidações. Isso



favorece a revalidação de diplomas, mas ao mesmo tempo pode possibilitar que algumas pessoas inescrupulosas, quadrilhas organizadas, se utilizem desse processo diversificado e façam fraudes que naturalmente põe em risco a saúde do povo brasileiro", declarou Carlos Vital.

Para o vice-presidente do conselho, as fraudes não são um problema específico de Mato Grosso, mas de todo o Brasil pela maneira como a revalidação é realizada.

"Esse é um problema de falsificações decorrente dessa possibilidade gerada pela diversidade na forma de revalidar, mas é um problema que ocorre no Brasil como um todo [...] A fraude é exatamente se aproveitando dessa diversidade de formas de revalidar diplomas", enfatizou.

Segundo o dirigente da entidade médica, a revalidação gerenciada pelo governo federal deveria ser a única opção disponível aos médicos estrangeiros. O conselho critica ainda ao fato de as universidades certificarem um número muito maior de profissionais do que o próprio exame nacional. "Nós tivemos um índice de 65 diplomas revalidados em 2011 no programa Revalida, enquanto a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) revalidou 302 diplomas", observou Vital.

Investigações

O vice-presidente do CFM relatou nesta sexta que a entidade médica havia sido procurada há um ano e meio pela Polícia Federal para colaborar com a investigação que desbaratou o esquema de falsificação de diplomas. "Tivemos há, aproximadamente, um ano e meio solicitação da Polícia Federal dos médicos com diploma obtidos no exterior e revalidados no Brasil. [...] Tivemos notícias naquela ocasião de suspeitas de diplomas falsificados e isso agora, eu acredito, que seja já um processo final da investigação", contou.



Questionado sobre se os falsos médicos que fraudaram diplomas com o auxílio de universidades bolivianas podem estar participando do programa Mais Médicos, Vital afirmou que, na avaliação dele, é possível que eles tenham aderido à iniciativa federal. "Por isso, é importante que haja esse crivo na análise dos diplomas", complementou Vital.

Fonte: www.midianews.com.br

EQUILÍBRIO / PESQUISA

21.10.2013 | 10h30 - Atualizado em 21.10.2013 | 10h12

Tamanho do texto A- A+

Uso da função 'soneca' do celular traz risco para a saúde

Para Centro de Soluções do Sono, fragmentar sono piora qualidade de vida

DO G1

Uma recente pesquisa mostra que o sono quebrado, com o uso da função "soneca" do celular, acaba sendo um risco para a saúde pior do que acordar de uma vez só.

Quando o celular toca de manhã cedo, apertar a função "soneca" é quase irresistível. "Duas a três sonecas, de cinco minutinhos, para ir despertando aos poucos mesmo, para ganhar aquele tempinho na cama", assume a auxiliar administrativa Thaís Vendemiatti.

Quando a opção é por uma sonequinha extra, o descanso que a gente tanto deseja é ilusório porque o sono daí para frente é superficial. Especialistas do Centro de Soluções do Sono dos Estados Unidos dizem que o nosso cérebro sabe que o celular vai tocar de novo e criar esse hábito piora a qualidade de



vida. Começar o dia assim pode causar irritabilidade, perda de memória, dores e até taquicardia.

A longo prazo, os danos podem ser ainda maiores. O neurologista Shigueo Yonekura explica que poucos minutos a mais na cama podem fazer uma confusão no nosso cérebro.

No início do sono, o organismo libera a serotonina, um neurotransmissor associado ao bem-estar e à felicidade. Para acordar, o corpo dispara outra substância, a dopamina, que diminui a sensação de sonolência.

O sono fragmentado causa um conflito químico que torna ainda mais difícil sair da cama. “O ideal é que o sono seja de uma vez só, não feito em prestações. Mesmo que seja no final”, recomenda o neurologista.

O melhor mesmo é deixar o celular fora do alcance das mãos.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Política MT

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

18/10/2013 - 12:37

Vereadores criticam nova empresa de saúde criada pelo Executivo; Mendes crê que acertou e ironiza

Da Reportagem Local - Ronaldo Pacheco

Foto: Walter Machado / Câmara de Cuiabá



Toninho de Souza protesta contra a tramitação de urgência, ao citar que o Poder Legislativo pode ser induzido ao erro pela necessidade de urgência.

O formato da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, recém criada pelo prefeito mauro Mendes (PSB), corre o risco de não atender às necessidades do setor e, ainda, permitir que seja burlada a lei de acesso ao serviço público, hoje exclusivamente através de concurso. A advertência partiu dos vereadores Toninho de Souza (PSD) e Maurélio Ribeiro (PSDB), durante a sessão ordinária desta quinta-feira (17/10), ao questionar a pressa de Mendes em aprovar o projeto de lei.

O secretário de Comunicação de Cuiabá, jornalista Kleber Lima, ironiza as críticas e assegura que Mauro Mendes tem absoluta certeza de que acertou, em criar logo a Empresa Cuiabana de Saúde – veja abaixo.

Toninho de Souza protesta contra a tramitação de urgência, ao citar que o Poder Legislativo pode ser induzido ao erro pela necessidade de urgência, em aprovar mensagens do Executivo.

“O Executivo tem recorrido a essa estratégia de enviar projetos em cima da hora para a Câmara apreciar em regime de urgência. Tem que acabar com esta prática, avaliar melhor e recusar esta manobra. O vereador e a população de Cuiabá precisam estar cientes de que se trata os projetos de lei. Corremos o risco de aprovar coisa que não vem de encontro com a população”, provoca Toninho.



“Votamos a favor da Associação Cuiabana de Assistência Médica diante do discurso de que a saúde pública de Cuiabá perderia recurso alocado em Brasília. O que é de interesse da cidade e da população, estamos a favor. Mas de agora em diante, a Mesa Diretora terá que ser mais criteriosa quando chegar proposta do Executivo. Temos que ser contra projetos apresentados no afogadilho”, adverte Toninho.

Já Maurélio entende que a Prefeitura de Cuiabá não poderia dar como uma justificativa de que a empresa é uma exigência do Ministério da Saúde. O parlamentar tucano lamenta que o tema de tamanha relevância não tenha sido debatido com as organizações sociais de bases populares. Ele teme que médicos e enfermeiros, entre outros profissionais, passem a ser contratados pela nova empresa sem concurso público de provas e títulos.

Outro

lado

O secretário de Comunicação, jornalista Kleber Alves de Lima, tratou com ironia as críticas de Maurélio Ribeiro. “Ele não pode falar nada. Foi secretário [municipal de Saúde] e não resolveu o problema. Então, agora deixa quem está trabalhando buscar as melhores alternativas”, pontua Alves de Lima.





Kleber afiança que o projeto foi discutido, sim, e que a Empresa Cuiabana de Saúde servirá como órgão executor e, também, facilitador no trâmite de aporte de recursos do Ministério da Saúde para a municipalidade. Kleber lembra que há, sim, facilidade na contratação de médicos e demais profissionais da saúde por meio do no regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), via concurso público.

“A leitura dos vereadores está equivocada. A empresa ainda será responsável por gerir e prestar serviços de saúde”, completa Lima.

Para evitar polêmicas e comparações com as famigeradas e criticadas Organizações Sociais de Saúde (OSS), que tanta dor de cabeça causa do governo de Mato Grosso, o secretário de Comunicação assegura que o empreendimento possui 100% de recursos públicos, para trabalhar com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[Saúde](#) | 18/10/2013 - 16:20

Pressionado, Kamil diz que empresa não acarreta privatização da saúde

Tarso Nunes e Patrícia Sanches

Em audiência pública para prestação de contas da secretaria de Saúde de Cuiabá, o debate acerca da Empresa Cuiabana de Saúde, que irá gerir o Hospital das Clínicas, tomou conta do encontro realizado na Câmara. O titular da pasta, Kamil Fares (PDT), explicou a maneira que funcionará a empresa que causou polêmica, principalmente por parte das entidades ligadas à saúde da Capital. “A reabertura do hospital servirá para desafogar o Pronto Socorro de Cuiabá, principalmente, para tratamentos cardíacos”, explica em audiência nesta sexta (18).

Após aprovação da Câmara para a criação da empresa, o que mais gerou insatisfação por parte do Conselho Municipal de Saúde e o Sindicato dos Médicos foi a falta de diálogo por parte do Executivo com as entidades ligadas à saúde. Kamil argumenta que foi preciso dar celeridade à aprovação do projeto, devido o prédio onde funcionava o Hospital das Clínicas está em boas condições e, por isso, foi “assediado” por empresas privadas. “Será necessários, somente, alguns ajustes para reabrirmos o hospital”, disse.



A empresa, segundo o pedetista, será totalmente pública e serão realizados concursos públicos para contratação de funcionários, assim como o prefeito é quem irá nomear o administrador. “Criamos a empresa de caráter filantrópico e ficará imune de impostos”, justifica.

Na ocasião, a presidente do Sindicato dos Médicos, Elza Queiroz, enalteceu os trabalhos da equipe que gerencia a saúde em Cuiabá, sendo contra a privatização que, na visão da categoria, o governo federal está fazendo, por meio, do Ministério da Saúde. “Espero que a Capital seja a primeira contra essa tendência”, em referência a exigência da União que cria um novo modelo ao setor.

Presidente da Comissão de Saúde da Câmara, vereador Ricardo Saad (PSDB), por sua vez, explana que é viável o trabalho da empresa, porém, enfatiza que isso não pode virar uma Organização Social de Saúde (OSS), o que acontece, atualmente, no Estado. Para “barrar” uma possível privatização do setor, Saad explica que tramita no Legislativo um projeto de lei que proíba instalar OSS em Cuiabá.

O Hospital das Clínicas será uma espécie de retaguarda do Pronto Socorro de Cuiabá que fica ao lado. Ao todo os dois complexos contarão com mais de 230 leitos para assistir à população. Com isso o pronto socorro cuidará mais dos procedimentos cirúrgicos.

Saúde será gerenciada por empresa; médicos contratados por CLT

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Segunda feira, 21 de outubro de 2013

Edição nº 13729 19/10/2013

PRONTO-SOCORRO

Anterior | [Índice](#) | [Próxima](#)

Unidade não ficará pronta neste mandato

Secretário municipal de Saúde, Kamil Fares diz que falta tempo hábil para vencer burocracia. Prefeitura optou por medidas de curto prazo

KAMILA ARRUDA

Da Reportagem

O novo pronto-socorro de Cuiabá não deve ser concluído dentro dos quatro anos de mandato do prefeito Mauro Mendes (PSB). Apesar de ter sido uma das principais promessas de campanha do socialista, a medida deixou de ser prioridade devido ao



caos em que se encontra a saúde pública no município.

A informação é do secretário de Saúde, Kamil Fares (PDT). Segundo ele, o Executivo preferiu adotar medidas a curto prazo, tendo em vista o déficit de leitos da Capital. Entre as iniciativas está a reabertura do Hospital das Clínicas de Cuiabá (ver na página B4).

Apesar disso, o pedetista garante que Mendes não retroagiu da ideia de construir uma nova unidade de saúde. “Provavelmente, o projeto e a licitação devem sair no próximo ano. O que estamos fazendo, que sugerimos ao prefeito, é atender a população. Neste momento, morre gente por falta de leitos, principalmente UTIs [Unidades de Terapia Intensiva]. Com a abertura do Hospital das Clínicas, vamos ter mais 20 leitos de UTI. A partir do momento que tivermos o hospital funcionando, podemos ampliar os leitos do pronto-socorro. Estamos sendo dirigidos pelo bom senso”, explica.

De acordo com Kamil, as obras para a construção do novo pronto-socorro foram postergadas devido à burocracia, bem como à situação financeira em que se encontra a prefeitura.

“O Mauro precisa fazer a licitação do projeto e ele, por si só, custa o equivalente a 2% do orçamento total. O orçamento do novo hospital de 250 leitos é em torno de R\$ 20 milhões. Esse valor tem que ser passado por licitação. Se você pensar em um hospital de 250 leitos, vai levar, no mínimo, três anos para colocar em pé. Então, não dá tempo hoje”, pontua.

Ainda assim, o secretário garante que a Pasta de Projetos já está cuidando dos estudos necessários à obra. “Já temos um anteprojeto que está sendo produzido pela nossa central, o que está causando economia. Depois do projeto desenvolvido, leva-se para o mercado, para fazer o orçamento. Nos dois primeiros anos vai ser definido, mas não conseguiremos construir 250 leitos. Vai-se construir uns 30 mil metros quadrados”, diz.

A nova unidade será construída próximo ao Centro de Eventos do Pantanal, em uma área de propriedade do Executivo Municipal. O custo estimado é de R\$ 150 milhões.

O terreno foi escolhido com base em critérios como acessibilidade e condições geológicas. Possui cerca de 400 mil metros quadrados.

Além de continuar realizando o trabalho de alta e média complexidade, o novo pronto-socorro deve ampliar o atendimento em algumas especialidades como



traumatologia, cardiologia e neurologia.

Conforme os planos do prefeito Mauro Mendes, o local também será um Centro de Diagnósticos, de modo que todos os exames requeridos por médicos que atuam no atendimento à população serão feitos ali.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Segunda feira, 21 de outubro de 2013

Cuiabá traçou metas ousadas para os próximos anos no setor de Saúde

Da Reportagem

Iniciativas serão colocadas em prática, por exemplo, para elevar de 72,5 para 77,8 anos a expectativa de vida ao nascer da população cuiabana, até dezembro de 2023. Para isso, alguns índices foram levados em consideração pelo Planejamento Estratégico:

Mortalidade Prematura - O índice de Mortalidade Prematura – de pessoas de 30 a 69 anos de idade que morrem por doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e problemas cardíacos –, deverá ser reduzido dos atuais 339,5 a cada cem mil habitantes para 183,8 até 2023.

As principais iniciativas para que este objetivo seja alcançado serão: promover o modelo de atenção à saúde; realizar parcerias com as demais secretarias municipais visando desenvolver ações conjuntas; efetivar a Rede Temática de Atenção à Saúde às Doenças Crônicas; e, especialmente, Implantar o Hospital de Alta Complexidade.

Mortalidade por Causas Externas - A taxa de Mortalidade por Causas Externas, principalmente em acidentes de trânsito – recorde de atendimentos na rede municipal de saúde e Pronto-Socorro – deverá diminuir dos atuais 90,8 a cada cem mil habitantes, para 88,4 até 2023.

Para isso, serão desenvolvidos programas de Prevenção e Redução às Violências (no trânsito, doméstica, à criança, ao idoso, entre outras); a Rede de Atenção à Saúde de Urgência e Emergência e de Atenção à Saúde Psicossocial serão efetivadas. Também serão fortalecidas as ações de combate às drogas e de educação em saúde.

Mortalidade Materna e Infantil - As taxas de Mortalidade Materna, de 32,7 a cada cem mil nascidos vivos, e de Mortalidade Infantil, de 13,1 a cada mil nascidos vivos,



deverão ser reduzidas a 30,6 e 11,8, respectivamente.

As iniciativas para que este objetivo seja alcançado englobam dar acesso aos serviços de atenção à saúde materna e infantil; efetivar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil e a Rede Cegonha; fortalecer o Programa de Planejamento Familiar; implementar o Programa de Prevenção do Câncer de Colo e de Mama; e fortalecer o Programa de Crescimento e Desenvolvimento da Criança.

Gestão - Outro ponto importante é melhorar a gestão do Sistema Único de Saúde, que hoje tem a média de 157 pontos do Gespública (Programa Nacional de Gestão Pública), para a média de 250 pontos até 2016 e 500 pontos até 2023.

A gestão do SUS será aperfeiçoada quanto ao financiamento e à gestão estratégica e participativa visando à qualidade e eficiência do sistema e dos serviços de saúde; também será implantada a Política de Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUS e os servidores serão capacitados continuamente.

Clique no link abaixo e confira a íntegra dos objetivos relacionados à Saúde no Planejamento Estratégico. (Euziany Teodoro/Secom)

Fonte: www.24horasnews.com.br

SAÚDE PÚBLICA

19/10/2013 - 19:33:23

Redação 24 Horas News

Jornalista e empresário é mais uma vítima de hantavirose em Mato Grosso

César André havia se instalado em Campo Novo do Parecis há 5 anos



Serra | Arquivo Pessoal

César André estava internado na UTI de Tangará da

O empresário César André Leimann, 43 anos, é mais uma vítima do vírus da hantavirose. Ele faleceu em Tangará da Serra, cidade do médio Norte de Mato Grosso e foi sepultado no final da tarde de quinta-feira em Sapezal, onde residia.

Segundo o Secretário de Saúde de Campo Novo do Parecis, Claudiomiro Botin, a confirmação de que César André Leimann foi vítima realmente de hantavirose, será feita após declaração de óbito emitido por um médico, após receber exames do hospital em que a vítima estava internada.

"Muito provavelmente a causa da morte foi em consequência da hantavirose. Exames confirmaram que após ser internado, ele havia contraído o vírus.", disse o secretário.

César André estava internado na UTI de Tangará da Serra há mais de 60 dias.

Jornalista, casado, pai de dois filhos do primeiro casamento e de uma menina de três meses, fruto do atual casamento, o empresário havia se



instalado em Campo Novo do Parecis há 5 anos, onde trabalhava com uma gráfica e era diretor dos jornais impressos "Diário de Sapezal" e "O Diário". Atualmente ele trabalhava no ramo de comunicação visual com a empresa Líder Print em Campo Novo do Parecis.

Fonte: www.24horasnews.com.br TRATAMENTO DOMICILIAR

21/10/2013 - 11:41:11
Agência Brasil

ANS confirma que planos de saúde vão cobrir tratamento domiciliar de câncer

Planos de saúde serão obrigados a garantir tratamento melhor aos doentes de câncer

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) confirmou hoje (21) a inclusão de mais 87 procedimentos para beneficiários de planos de saúde individuais e coletivos que passam a valer a partir de janeiro de 2014. Pela primeira vez, ocorreu a inclusão de 37 medicamentos orais para o tratamento domiciliar de diferentes tipos de câncer. Outros 50 novos exames, consultas e cirurgias passam a fazer parte dos procedimentos que devem ser cobertos pelos planos.

Serão ofertados medicamentos para tratamento de tumores de grande incidência entre a população como os de estômago, fígado, intestino, rim, testículo, útero, ovário e mama. As propostas estavam em consulta pública, mas em maio o governo já havia decidido que estas mudanças seriam garantidas. Na época, os novos procedimentos eram 80, mas foram ampliados agora para 87. A lista de medicamentos também cresceu, passando de 36 para 37.



“Medicamento extra-hospitalar, principalmente para o câncer, passa a ser obrigatório para os planos de saúde. Medicamentos e procedimentos de assistência farmacêutica fora do hospital não eram obrigatórios para o plano de saúde. É uma mudança de paradigma para o que passa a ser obrigatório. E dá uma maior qualidade de vida ao paciente de câncer”, disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Foram incluídas no rol de procedimentos 28 cirurgias por videolaparoscopia, que é uma técnica menos invasiva, e a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas coletoras intestinais ou urinárias para pacientes ostomizados. Além da inclusão de novos procedimentos, a ANS ampliou o uso de outros 44 procedimentos já ofertados no rol da agência. Entre eles estão o exame de Pet Scan, que passa de três para oito indicações.

A ampliação beneficia 42,5 milhões de consumidores com plano de saúde de assistência médica e mais 18,7 milhões com planos exclusivamente odontológicos, de acordo com a ANS. Uma consulta pública foi feita pela agência para colher contribuições para a inclusão e ampliação do rol de procedimentos. Foram recebidas 7.340 contribuições e os consumidores foram responsáveis por 50% delas.

As listas de medicamentos orais para tratamento de câncer e de novos procedimentos podem ser consultadas no site da ANS.

Fonte: www.24horasnews.com.br

BOCA NO TROMBONE

21/10/2013 - 10:31:39

Rubens de Souza | Redação 24 Horas News

Jayme Campos diz que saúde do governo Silval vive um caos



Senador disse que SAMU levou 1h40min para atender um acidente e que saúde de MT é caótica

Senador da republica licenciado, Jayme ataca Governo de olho nas eleições | Foto: UOL

Candidato à reeleição em 2014, o senador Jayme Campos (DEM) disse estar indignado com o descaso do governo do Estado com o cidadão mato-grossense, principalmente no setor de saúde, que em sua avaliação é o pior possível. Jayme afirmou que sua principal bandeira nas eleições será levantar a discussão da necessidade de mudanças urgentes na política estadual e que valorização do cidadão, que vota e paga seus impostos.

Jayme Campos disse que o setor de saúde de Mato Grosso vive um caos institucional, que o governador Silval Barbosa sabe disso e faz vistas grossas. Ele denunciou que no domingo presenciou um acidente de carro em uma das avenidas de Cuiabá e que sentiu na pele a situação vivida pela população. “Logo após o acidente eu peguei meu celular e liguei para o SAMU avisando o que tinha acontecido. A ambulância demorou uma hora e quarenta minutos para chegar ao local. Eu marquei no relógio. É um absurdo isso. Uma coisa irresponsável. Nem mesmo a Polícia Militar se mostra preocupada. A primeira viatura a chegar ao local do acidente levou 30 minutos, contados no relógio”, disparou.

Para o senador este descaso é fruto da administração Silval Barbosa que pouco tem se empenhado para evitar que coisas como estas voltem a acontecer. “Setor de saúde é um dos pontos cruciais de um governo. Mas o que esperar de uma administração que levou quase 70 dias para conseguir um acordo com os professores em greve”, completou.

Jayme Campos ao confirmar que é candidato à reeleição ao Senado Federal disse que não tem a disputa, que vai atacar o governo do Estado, mostrando seus erros, levantando problemas e apontado soluções. “Não tem nada, não vivo da política, sou um empresário”, concluiu.



Fonte: www.24horasnews.com.br

18/10/2013 - 16:16:45

Lauro Nazário | Redação 24 Horas News

Vereador afirma que Executivo mentiu para conseguir implantar Empresa Cuiabana de Saúde

O vereador por Cuiabá Alan Kardec (PT) disse hoje durante a audiência pública da Empresa Cuiabana de Saúde, na Câmara Municipal, que o prefeito Mauro Mendes (PSB) ou o secretário de saúde Kamil Fares mentiu para conseguir implantar o sistema na capital.

Kardec alega que o projeto foi enviado em caráter de urgência, e que informações que chegaram à Câmara foram de que o projeto já havia passado pelo Conselho de medicina. Caso não fosse aprovado imediatamente o município iria perder verba para saúde.

“Em um curto período a Câmara aprovou quatro projetos em caráter de urgência, coisa que não pode acontecer, no caso da empresa cuiabana de saúde. Hoje vi que tem coisa errada aí, por isso que o PT vai retirar seu apoio na implantação desta empresa, a saúde tem que ser 100% pública. O PT em nenhum momento impôs privatização para enviar recurso, eu desafio quem quer que seja, e que me mostre algum documento informando que o partido está fazendo isso”, desabafou o vereador.



Para o parlamentar, a criação de uma empresa como está não poderia ter sido aprovada a toque de caixa. Segundo ele, o executivo, juntamente com o legislativo, os profissionais da área e a população deveriam ter participado de audiências públicas, para discutir os prós e contras, para depois ser aprovado, chegarem a um bem comum para todos, com condições de trabalho para os profissionais e com atendimento adequado para a população.

Alan ressaltou que vai fazer o que for necessário para não deixar que o dinheiro público seja investido de forma errada.

Fonte: www.24horasnews.com.br

18/10/2013 - 08:14:17

Janaíara Soares

Especial para o 24 Horas News

Aranhas, ratos e baratas infestam Secretaria de Saúde de MT

Caranguejeira andando pelos corredores, banheiro interditado, sujeira nas paredes e falta de material básico de higiene. Assim se encontra a Secretaria Estadual de Saúde, o que vem gerando revolta em servidores e quem precisa de atendimento. A insatisfação é grande.

Na manhã de quinta-feira, 17, em horário de expediente, os funcionários se deparam com uma aranha caranguejeira passeando pela janela de um dos escritórios da instituição, e nos corredores do prédio. Os funcionários alegam que sempre se deparam com ratos pelos corredores, “Nós já reclamamos com o secretário Mauri Rodrigues de Lima para a necessidade de se fazer uma dedetização no



prédio. Tem servidor com medo de trabalhar aqui”, admitiu um funcionário que por medo de represália pediu para não ter seu nome divulgado.

Segundo alguns servidores que decidiram expor o problema faltam até mesmo produtos básicos como copos para beber água e café, produtos de higiene nos banheiros.

“O descaso com os servidores é grande, a maior preocupação são os bichos que estão aparecendo, baratas, ratos, aranhas, sem falar que não tem copo nem pra beber água que é uma necessidade básica e que o banheiro está interditado”, revela uma das denunciante.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Sexta, 18 de outubro de 2013, 14h38

Tamanho do texto A- A+

PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Operação da PF contribui para impedir fraude, diz ministro

Informações preliminares da PF indicam que alguns desses profissionais investigados estão ligados ao programa Mais Médicos

PORTAL UOL

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse nesta sexta-feira (18) ser positiva qualquer atitude para evitar fraudes, referindo-se sobre a operação da Polícia Federal contra um esquema de emissão de diplomas falsos de medicina que eram revalidados para o exercício da profissão no Brasil.

Informações preliminares da PF indicam que alguns desses profissionais investigados estão ligados ao programa Mais Médicos. "Uma ação como essa é muito bem-vinda", disse Padilha.

"Quando o ministério recebe a documentação do Mais Médicos, ele repassa a lista para a Polícia Federal para que ela faça algum tipo de checagem e não só da documentação, mas dos antecedentes das pessoas



que procuram se inscrever. Essa checagem feita pela Polícia Federal e também uma operação como essa podem contribuir fortemente para que não exista qualquer tipo de fraude ou tentativa de inscrição no programa de profissionais que não seja médicos. Estamos sendo muito rigorosos", afirmou após participar do programa Bom Dia, Ministro.

Segundo Guilherme Torres, delegado da PF no Mato Grosso, responsável pela Operação Esculápio – em referência ao deus da medicina e da cura na mitologia greco-romana – não há ainda informações que comprovem a inscrição com esses diplomas falsos no programa Mais Médicos.

"O que a gente identificou é que com esses diplomas eles poderiam entrar no Mais Médicos, mas, como ainda não fizemos a análise do material, não podemos afirmar que eles tentaram entrar no programa", afirmou.

De acordo com a PF, as investigações tiveram início depois que a Universidade Federal do Mato Grosso entrou em contato com universidades bolivianas (Universidad Nacional Ecológica, Universidad Técnico Privada Cosmos e Universidad Mayor de San Simon), que confirmaram que entre os inscritos no programa de revalidação, 41 nunca foram alunos ou não concluíram a graduação nessas instituições.

Na análise dos documentos, a Polícia Federal constatou que desses 41 inscritos, 29 foram representados por advogados ou despachantes que fizeram a inscrição dos supostos médicos no Programa Revalida. Ainda de acordo com a PF, os acusados vão ser intimados a prestar esclarecimentos e poderão ser responsabilizados pelos crimes de uso de documento falso e falsidade ideológica.

A operação já expediu 41 mandados de busca e apreensão pela 7ª Vara Criminal da Justiça Federal no Mato Grosso. Os mandados estão sendo cumprindo em 14 estados – Mato Grosso, Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Sexta, 18 de outubro de 2013, 16h56

Tamanho do texto A- A+

SAÚDE EM CRISE

Médicos discutem indicativo de greve na próxima semana

ELIANA BESS

Apesar da precária situação em que se encontra a saúde pública no Estado, a categoria tem o que comemorar no Dia do Médico. Hoje (18) o dia foi decretado de paralisação para a classe, no que diz respeito às atividades da profissão porque a manhã foi de trabalho para a categoria.

E para comemorar a data, às 18h será celebrada uma missa na Igreja Mãe dos Homens e a noite haverá um baile, promovido pela Associação Médica. Quanto à assembleia geral que aconteceria no Conselho Regional de Medicina (CRM) nessa sexta-feira, ela foi alterada e o indicativo de greve será discutido em nova assembleia na próxima semana.

“Temos sim o que comemorar, a carreira é honrosa, digna e que nos trás muito orgulho porque é pautada em salvar vidas. É claro que a programação desta sexta-feira é uma oportunidade para refletir a saúde e as medidas brasileiras que envolvem a profissão”, pontuou a presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso (Sindimed-MT), Elza Queiroz.

Do Conselho Regional de Medicina (CRM-MT), onde aconteceria à assembleia geral, os profissionais foram para a Câmara Municipal. No local os vereadores realizavam audiência pública sobre a criação da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, recém criada pelo prefeito Mauro Mendes (PSB).



“Na Câmara fizemos uma manifestação contra a privatização, porque entendemos que essa gestão (prefeito) cria uma empresa privada para cuidar da gestão da saúde. E foi pontual na oportunidade porque os gestores reconheceram que houve falhas e vão realizar audiência pública para debater o projeto”, revelou Elza Queiroz.

Por conta disso, a pauta prevista não foi discutida pela categoria médica. “Acabou que apenas um dos assuntos foi discutido, que é o que trata da privatização. Na próxima semana realizaremos uma assembleia geral para dar continuidade aos trabalhos, entre eles a discussão sobre uma possível paralização do setor no Estado”.

PONTOS CRUCIAIS

Além do indicativo de greve por tempo indeterminado, a assembleia geral, com data a ser definida para a próxima semana, discutirá outros assuntos pertinentes à carreira, como: as condições de trabalho e a qualidade de atendimento que são oferecidos para a população; a carreira e concurso nas três esferas (federal, estadual e municipal); a defesa da saúde pública e contra a privatização da saúde por meio das contratações das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e as consequências da Medida Provisória (MP) 621 que trata do projeto mais médico e ainda a Lei do Ato Médico, também serão debatidos.

“O momento é para pautar e discutir as questões da saúde”.



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Domingo, 20 de outubro de 2013, 11h41

Tamanho do texto A- A+

FRAUDES NA SAÚDE

Auditorias descobrem rombo de mais de R\$ 500 milhões no SUS

Saúde chegou a pagar 201 consultas no mesmo dia para paciente

PORTAL UOL

Em um único dia, um paciente "conseguiu ser atendido" 201 vezes em uma clínica de Água Branca, no Piauí. A proeza não parou por aí -o valor das duas centenas de consultas foi cobrado do SUS. O mesmo local cobrou tratamentos em nome de mortos.

Casos assim explicam como, em cinco anos, cerca de R\$ 502 milhões de recursos públicos do SUS foram aplicados irregularmente por prefeituras, governos e instituições públicas e particulares.

Esse meio bilhão, agora cobrado de volta pelo Ministério da Saúde, refere-se a irregularidades identificadas em 1.339 auditorias feitas de 2008 a 2012 por equipes do Denasus (departamento nacional de auditorias do SUS) e analisadas uma a uma pela Folha.

Um dos problemas mais frequentes são os desvios na aplicação de recursos -quando o dinheiro repassado a uma área específica da saúde é aplicado em outro setor, o que é irregular.

Também há casos de equipamentos doados e não encontrados, cobranças indevidas, problemas em licitação e prestação de contas, suspeitas de fraudes e favorecimentos.



Com o valor desviado, por exemplo, poderiam ser construídas 227 novas UPAs (unidades de pronto atendimento) ou, ainda, 1.228 novas UBS (unidades básicas de saúde). O orçamento do ministério em 2012 foi de R\$ 91,7 bilhões. Para burlar as contas do SUS, gestores falsificam registros hospitalares ou inserem em seus cadastros profissionais "invisíveis".

Em Nossa Senhora dos Remédios, também no Piauí, de 20 profissionais cadastrados nas equipes do Programa Saúde da Família, 15 nunca haviam dado expediente. Em Ibiacá (RS), remédios do SUS foram cedidos a pacientes de planos de saúde.

As íntegras desses e de outras centenas de auditorias estão disponíveis no site do Denasus. Mas, para ter acesso às fiscalizações, a Folha pediu dados ao governo federal via Lei de Acesso à Informação.

A maior parte dos desvios foi constatada em auditorias cuja principal responsável pela gestão dos recursos era a prefeitura (73% do valor), seguido dos Estados (15%). O restante é dividido em clínicas particulares, instituições beneficentes e farmácias.

Das 1.339 auditorias analisadas pela Folha, 113 têm o ressarcimento calculado em mais de R\$ 1 milhão cada.

Para o Ministério da Saúde, a soma das irregularidades das auditorias pode ser ainda maior, devido a novos relatórios complementares dos últimos meses.



Fonte: www.odocumento.com.br

Política

Deputados estaduais visitam Centro Odontológico nesta-feira

21/10/2013 - 14h00

A-

Da Assessoria

O Centro Estadual de Odontologia para Pacientes Especiais (CEOP), recebe nesta terça-feira (22), às 09h da manhã, visita técnica da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado estadual Antonio Azambuja (PP).

A visita faz parte de um calendário que vem sendo cumprido deste o dia oito de outubro, no intuito de detectar os problemas enfrentados por cada unidade saúde. Após as inspeções, será produzido um relatório, que será apresentado ao governador do Estado Silval Barbosa (PMDB). “A identificação das carências e problemas de cada unidade permitirá um melhor atendimento das necessidades da população”, salientou o deputado.

Para Azambuja, é importante conhecer a realidade dessas instituições para que sejam cobradas providências do poder público em relação a parcerias e convênios que ajudem na manutenção das atividades das entidades.

O presidente ainda disse que nas unidades onde passou a realidade é assustadora. “Até o momento visitamos cinco unidades de saúde, e o que percebemos é abandono. Falta infraestrutura, acessibilidade, equipamentos, insumos, e principalmente respeito com a população usuária”, ressaltou Antonio Azambuja.

De acordo com o deputado e médico, Antonio Azambuja, todas as unidades de saúde que a comissão esteve, há profissionais qualificados, porém, faltam condições dignas de trabalho a esses servidores.

Deve participar também da visita técnica, o vereador por Cuiabá e médico, Maurélio



Ribeiro.

As unidades que já foram visitas pela Comissão: Apoio Psicossocial Aduino Botelho (CAPS); Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa (CRIDAC); Centro de Referência de Média e Alta Complexidade (CERMAC); MT Laboratório e Hemocentro.